

ARTIGO

PATRIMÔNIO DA IMIGRAÇÃO: O MUSEU DA IMIGRAÇÃO DA ILHA DAS FLORES

JULIANNA CAROLINA OLIVEIRA COSTA

Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ). Bolsista Qualitec do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores (CMIIF/UERJ).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2445-056X>

VANESSA MENDONÇA LEITE

Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ). Bolsista do Programa de Treinamento e Capacitação Técnica da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (TCT5/FAPERJ), vinculada ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores (CMIIF/UERJ).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9195-6611>

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de patrimonialização de antigos centros de recepção de imigrantes, em especial da Hospedaria da Ilha das Flores. Fundada pelo governo imperial, no ano de 1883, em um pequeno arquipélago da Baía de Guanabara, nas imediações do bairro de Neves, em São Gonçalo, a Hospedaria foi um importante dispositivo de recepção dos imigrantes que chegavam ao Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro. Cerca de 700 mil pessoas passaram pela instituição até o encerramento das suas atividades, em 1966. Atualmente, a intensificação dos movimentos migratórios tem suscitado discussões acerca dos impactos que a diáspora tem causado. Nesse contexto, espaços que outrora recepcionavam os imigrantes foram convertidos em “lugar de memória”. A criação do Museu de Imigração da Ilha das Flores se dá nesse cenário, em que urge promover o debate sobre os deslocamentos populacionais. Este estudo se baseia em projetos e relatórios do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores e entrevistas com o núcleo gestor do projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração; Patrimônio; Ilha das Flores.

IMMIGRATION HERITAGE: THE IMMIGRATION MUSEUM OF ILHA DAS FLORES

ABSTRACT: This paper aims to analyze the process of patrimonialization of former immigrant reception centers, especially the Hospedaria da Ilha das Flores. Founded by the imperial government in 1883 on a small archipelago in Guanabara Bay, near the Neves neighborhood in São Gonçalo, the Hospedaria was an important reception facility for immigrants arriving in Brazil via the Port of Rio de Janeiro. Around 700.000 people passed through the institution until it closed in 1966. Currently, the intensification of migratory movements has sparked discussions about the impacts that the diaspora has caused. In this context, spaces that once welcomed immigrants have been converted into “places of memory”. The creation of the Immigration Museum of Ilha das Flores takes place in this scenario, in which it is urgent to promote the debate on population displacements. This study is based on projects and reports from the Immigration Memory Center of Ilha das Flores and interviews with the project’s management team.

KEYWORDS: Immigration; Heritage; Ilha das Flores.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v81p60-86>

Recebido em: 20/08/2024

Aprovado em: 15/11/2024



Crise migratória no Brasil e no mundo

O tema da imigração está presente nas pautas internacionais há muitas décadas, mas ganhou maior projeção após a crise que se estabeleceu na Europa, em meados dos anos 2010. Cenas de barcos lotados de imigrantes cruzando o Mediterrâneo e de numerosos grupos atravessando a pé as rotas do leste europeu em busca de refúgio passaram a ocupar os noticiários de todos os cantos do mundo. Neste cenário, a Grécia e, sobretudo, a Itália se tornaram as principais portas de entrada para imigrantes que buscavam refúgio em países do continente, fugindo da guerra na Síria e de conflitos na região do Magrebe e da África Subsaariana. O trajeto marítimo conhecido como “rota do Mediterrâneo Central”, tido como de alta periculosidade, é o itinerário mais acessado por esses indivíduos. Estima-se que, de 2014 a 2023, mais de 63 mil pessoas morreram ou desapareceram em rotas de imigração, na maioria dos casos os óbitos foram provocados por afogamento (McAuliffe *et al.*, 2024).

A crise humanitária de refugiados é uma questão complexa e multifacetada que vem aumentando progressivamente, como aponta o relatório da *World Migration Report* para o ano de 2024, publicado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). O documento registra um número de 281 milhões de deslocados pelo mundo, quantidade que supera o ano de 2022, quando foram contabilizadas 117 milhões de pessoas nessa situação (McAuliffe *et al.*, 2024). Importa ressaltar ainda que no ano de 2023, além da permanência da guerra na Ucrânia, que soma em torno de 6 milhões de refugiados, teve início também as invasões de Israel a Palestina, em retaliação aos ataques de 07 de outubro do mesmo ano, que tem dizimado milhões de pessoas e deslocado 75% da população (BBC News, 2024).

Apesar do grande impacto na Europa, geralmente, as vítimas de guerras, violações de direitos humanos, perseguições e tantos outros graves motivos para fuga de suas terras natais, se dirigem a países vizinhos, uma vez que cruzar fronteiras distantes demanda recursos financeiros que a grande maioria não tem condições de despender. No caso sírio, as nações mais procuradas são Turquia, Líbano, Jordânia, Iraque e Egito; os afegãos têm buscado asilo no Irã e Paquistão; no continente americano, os venezuelanos ingressam principalmente na Colômbia, Peru, Estados Unidos e Brasil. A

América Latina se destaca ainda por outros deslocamentos de caráter mais interno, gerados por crises e conflitos que assolam países como o Haiti, Honduras, El Salvador e Guatemala. Aqueles que podem deixar suas nações se destinam preferencialmente ao México, seja para se estabelecer ou como ponto de acesso aos Estados Unidos.

No Brasil, a temática ganhou renovado impulso pelas novas correntes migratórias que vem recebendo, tanto dos países latino-americanos como de outros continentes. Desde 2011, o país recebe milhares de requerimentos de refúgio. Atualmente, os venezuelanos lideram em disparada o quadro de refugiados reconhecidos, seguidos dos sírios, congolezes e cubanos (Junger da Silva *et al.*, 2023). Trata-se de grupos que não fizeram parte da imigração histórica, com pouca ou nenhuma inserção na sociedade brasileira.

Essas movimentações em massa suscitam discussões acerca dos impactos que a diáspora tem causado nos países de acolhida e possíveis soluções que podem ser tomadas, de modo a resguardar os direitos dos refugiados. O conceito data do século XVII, inicialmente para se referir a protestantes franceses perseguidos após a revogação do Édito de Nantes, em 1685. Ao longo dos séculos XIX e XX, o termo passou a incluir pessoas que escapavam de sua terra natal por razões políticas. Em 1951, a Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado foi adotada, com as diretrizes para o tratamento desse grupo e seu estatuto jurídico, incluindo o estabelecimento do princípio da não-devolução, que proíbe o retorno forçado de refugiados. A Declaração de Cartagena, de 1984, expandiu o conceito de refugiado para incluir vítimas de violações de direitos humanos na América Latina, no contexto das ditaduras que se espalhavam pela região. No Brasil, a política de refúgio foi formalizada em 1997, com a Lei nº 9.474, que criou o Comitê Nacional para Refugiados (Conare), responsável por analisar os pedidos de refúgio.

A problemática da recepção de imigrantes e refugiados e seus desdobramentos não é recente. Esse é um aspecto que atravessa toda a história da imigração. Portanto, fomentar debates públicos sobre medidas de acolhimento, regulamentação, garantia de direitos e integração dos imigrantes e refugiados à comunidade local, a partir de uma perspectiva histórica, reflete também uma responsabilidade social.

Patrimonialização dos sistemas de recepção das Américas

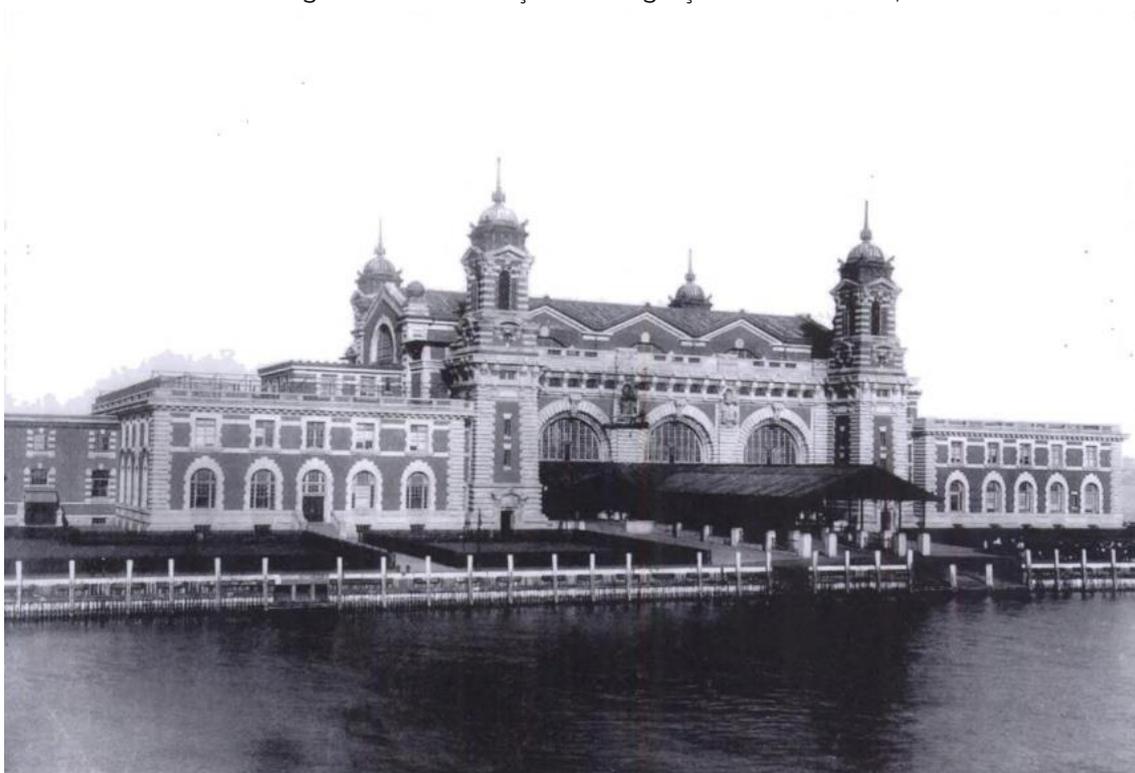
Em fins do século XIX, na seara das grandes ondas migratórias, os centros de recepção de imigrantes afluíram pelo continente americano como parte da engrenagem que enredava todo o mecanismo de travessia intercontinental. Era evidente que não bastava somente incentivar o ingresso da força de trabalho, mas também criar a infraestrutura para recebê-la. Os países mais acessados inauguraram em seus litorais dispositivos de acolhida, na prática um entreposto por meio do qual os estrangeiros eram conectados ao destino final no território. A mais célebre dessas instituições foi *Ellis Island*, que ficava na cidade estadunidense de Nova Iorque. O Canadá e a Argentina também tiveram suas edificações: o *Pier 21*, em Halifax, e o *Hotel de Inmigrantes*, em Buenos Aires, respectivamente. No Brasil houve a criação de várias hospedarias, destacando-se a Hospedaria do Brás, em São Paulo, e a Hospedaria da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro.

Entre os sistemas de recepção de imigrantes, *Ellis Island* foi o mais conhecido, principalmente pelo enorme contingente que passou pela instituição. A ilha tornou-se a principal porta de entrada de imigrantes nos Estados Unidos a partir de 1892, ano da inauguração do imponente edifício que substituiu o Castle Garden (1855-1890). O encerramento das atividades de Castle Garden e a transferência dos serviços de registro, controle médico-sanitário e triagem dos imigrantes para *Ellis Island* foi, sobretudo, resultado do aumento do fluxo imigratório e da necessidade de maior controle desse fluxo pelo governo federal. Entre os anos de 1855 e 1860, a média anual de imigrantes que entraram nos Estados Unidos foi de 350 mil. Na década de 1880, o número de ingressos oscilou entre 700 e 800 mil (Hobsbawm, 1996, p. 204).

Para receber o crescente número de imigrantes, em 1890, o Congresso Nacional e o presidente Benjamin Harrison escolheram *Ellis Island* para sediar a nova Estação da Imigração, retirando esta obrigação do estado de Nova Iorque. A partir de então a Ilha passou por um processo de aterramento a fim de ampliar a sua área, se adequando ao intenso fluxo imigratório. Estima-se que, entre 1892 e 1954, mais de 12 milhões de indivíduos foram recebidos em *Ellis Island* (Moreno, 2003, p. 7), utilizando os serviços e as instalações da Estação de Imigração.

O primeiro edifício de *Ellis Island*, construído em madeira, foi completamente destruído por um incêndio, no ano de 1897. Um novo prédio “a prova de fogo” foi projetado pelos arquitetos William Boring e Edward Tilton, premiados pelo projeto na Exposição Universal de Paris de 1900. O prédio principal abrigava a administração, a inspeção médica, os alojamentos e a assistência social. Havia ainda dois hospitais que funcionam em outros edifícios.

Figura 1 - Nova Estação de Imigração de Ellis Island, 1905.



Fonte: MORENO, 2003. p. 38.

A Argentina também se preocupou com a recepção dos seus imigrantes devido a sua condição de segundo lugar entre os destinos mais acessados durante o período da Grande Migração. Nesse contexto, o governo argentino arrendava imóveis para abrigar os recém-chegados. Em 1889, dadas as péssimas condições da maioria dos estabelecimentos, o diretor da *Dirección General de Inmigración*, Juan Adolfo Alsina, conseguiu, junto ao poder central, um terreno para a construção de um novo hotel de imigrantes. Localizado ao lado de Puerto Madero, o *Hotel de Inmigrantes* de Buenos Aires começou a ser construído no ano de 1905. Em 1911, após seis anos de obras, o complexo foi inaugurado.

O *Hotel de Inmigrantes* de Buenos Aires possuía um desembarcador próprio que permitia um completo isolamento da cidade. Ao fundo do desembarcador havia uma rua que o ligava à praça central do hotel, onde ao redor erguiam-se os prédios da administração, o hospital e o pavilhão dos dormitórios. Este último era um edifício imponente, composto por quatro andares. O primeiro andar era ocupado por uma cozinha e um refeitório, preparado para atender 1.000 indivíduos de uma só vez. Os três pavimentos superiores eram destinados ao alojamento de 3.000 imigrantes. Havia, ainda, depósitos de bagagens, escritórios para registro e controle, agência de correios e telégrafos, além de oficinas de colocação.

Os serviços oferecidos no *Hotel de Inmigrantes* de Buenos Aires eram similares aos de *Ellis Island*. Após o desembarque os imigrantes deveriam ser registrados e, posteriormente, submetidos a uma inspeção médica. Caso fosse

Figura 2 - Edifício Principal do Hotel de Imigrantes de Buenos Aires, s/d.
Fonte: Acervo Museo de la Inmigración.

diagnosticada alguma enfermidade, o doente era encaminhado ao hospital



do complexo para ser devidamente tratado. Entretanto, diferente do que ocorria em *Ellis Island* onde a maior parte dos imigrantes passavam apenas algumas horas, o governo argentino concedia até 5 dias de hospedagem a todos os imigrantes. Durante este período, a oficina de colocação se

encarregava em conseguir trabalho para aqueles que vinham sem nenhum contato prévio. Por fim, o Estado fornecia passagem de trem a todos que seguissem para o interior do país.

O *Hotel de Inmigrantes* de Buenos Aires funcionou até 1953. Entre 1911 e 1920, registrou-se o período de maior movimentação, tendo sido alojados na instituição cerca de 500 mil pessoas (Huernos, 2016, p. 54).

No Canadá, Halifax, capital da Nova Escócia, foi o principal porto de entrada de imigrantes. No *Pier 2* foram estabelecidos os primeiros locais de recepção e controle dos recém-chegados, em 1880. Quinze anos depois, um incêndio destruiu as instalações do *Pier* que foram reconstruídas e reabertas em 1915. No ano de 1917, uma explosão destruiu novamente o local. Além dos constantes incidentes, a estrutura que havia sido criada para recepcionar as levas de imigrantes que chegavam ao país tornaram-se insuficientes, frente ao aumento do fluxo migratório. Uma nova estrutura foi construída no *Pier 21*, à princípio para funcionar como galpão de carga, mas, em 1928, o segundo andar foi convertido em espaço para uso dos serviços de imigração.

Figura 3 - Pier 21, 1996.



Fonte: Acervo do Canadian Museum of Immigration at Pier 21.

No edifício funcionava a administração, inspeção sanitária, hospital, berçário, dormitórios, cozinha, refeitório e até um centro de detenção. Havia

espaços reservados à britânicos e outros destinados às demais nacionalidades. Uma estação ferroviária completava a estrutura, conectando o *Pier 21* com o interior do país a fim de facilitar o encaminhamento dos imigrantes.

A redução da entrada de imigrantes por mar levou ao fechamento das instalações destinadas à recepção, em 1971. Durante o período de funcionamento, cerca de 1 milhão de imigrantes foram recebidos no *Pier 21* (Granfield, 2000).

Ao longo do litoral brasileiro também foram estabelecidas inúmeras hospedarias de imigrantes, como, por exemplo, em Belém, Vitória, Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre. Contudo, nem todas as hospedarias se localizaram no litoral. A maior hospedaria de imigrantes do Brasil estava situada no interior da província de São Paulo, no bairro do Brás. O estabelecimento de uma hospedaria de imigrantes na região do Brás foi uma escolha estratégica, pois ali ocorria o entroncamento das linhas férreas da antiga Central do Brasil e da São Paulo Railway, vindas do Rio de Janeiro e do Porto de Santos, respectivamente.

Além de possibilitar fácil acesso aos imigrantes que desembarcavam no Porto do Rio de Janeiro e no Porto de Santos, as estradas de ferros localizadas próximas à Hospedaria do Brás, garantiam o transporte dos recém-chegados para as grandes fazendas de café do interior paulista. Para facilitar ainda mais o transporte dos imigrantes, o projeto de construção da hospedaria contou com a criação de uma estação ferroviária, localizada na lateral do complexo. Ao redor do terreno deveriam ser erguidos três pavilhões para abrigar a administração e os dormitórios. No centro, um prédio para cozinha e refeitório. A enfermaria e o hospital ficavam mais afastados, ao fundo. O projeto previa ainda a construção de consultório para a inspeção médica, sanitários, depósito de alimentos, agência de colocação e agência de correios, telégrafo e câmbio.

No ano de 1886, o presidente da província de São Paulo, Antônio de Queiroz Telles, aprovou o projeto de construção da Hospedaria de Imigrantes do Brás e ordenou que se iniciassem imediatamente as obras do complexo que viria substituir a Hospedaria do Bom Retiro (1882-1887), incapaz de atender o intenso fluxo imigratório. Em 1887, um surto de varíola e difteria antecipou o fechamento da Hospedaria do Bom Retiro e levou a Hospedaria

do Brás a receber as primeiras levas de imigrantes, mesmo estando inacabada.

Ao chegar à hospedaria todos os imigrantes passavam pela Seção de Banhos, na qual deveriam realizar uma rigorosa higiene pessoal. Depois de aseados, os imigrantes retiravam-se por um corredor que não permitia o contato com os que ainda não tivessem passado pelo banho e pela desinfecção de roupas. No Salão de Chamadas era realizado o registro e a verificação da documentação dos imigrantes, definindo se estavam ou não em condições de serem aceitos. Higienizados, registrados e alimentados, os imigrantes passavam por uma inspeção médica que encaminhava os doentes para a enfermaria ou hospital da hospedaria.

A Agência Oficial de Colocação intermediava a contratação dos imigrantes pelos fazendeiros, além de auxiliar os acordos de distribuição, compra e venda de lotes de terra em núcleos coloniais. Após firmar o contrato, os imigrantes recebiam uma caderneta autenticada, constando os termos do acordo de trabalho ou de concessão de terras. O Regulamento Interno da Hospedaria assegurava a todos os imigrantes o direito de permanecer na instituição pelo período máximo de 6 dias. No entanto, caso os imigrantes recusassem a colocação oferecida pelos agentes oficiais, perderiam esse direito. Ao fim da hospedagem, o governo paulista concedia passagens gratuitas aos imigrantes que se dirigissem para o interior da província.

Em 1978, a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo encerrou as suas atividades. Durante o período de funcionamento, a instituição recebeu cerca de 2,5 milhões de indivíduos.

Figura 4 - Edifício Principal da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1938.



Fonte: Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Na década de 1990, *Ellis Island*, *Pier 21*, *Hotel de Inmigrantes* de Buenos Aires e Hospedaria de Imigrantes de São Paulo converteram-se em “lugar de memória” (Nora, 1993), por receber milhões de indivíduos que, junto aos povos originários e africanos escravizados, constituíram a identidade nacional de cada um desses países. Assim surgiu o *National Immigration Museum*, em Nova Iorque (1993); o *Canadian Museum of Immigration at Halifax* (1999), em Halifax; o *Museo de la Inmigración* (1997), em Buenos Aires; o Memorial de Imigrantes (1993), em São Paulo, este posteriormente denominado de Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Nos anos 2010, diante do aumento dos novos fluxos migratórios, tais espaços foram redimensionados para atender as demandas do tempo presente, revisitando os processos históricos em estreito diálogo com os novos deslocamentos em suas continuidades e rupturas. A postura adotada por esses centros em conversa com a sociedade e seus questionamentos, demonstram o caráter coletivo de construção das reflexões suscitadas e as constantes e dinâmicas implicações entre presente-passado e vice-versa.

No Brasil, a década de 1940 testemunhou uma profusão de produções dedicadas a temática da imigração, objeto de estudo que ganha centralidade, não por acaso, em meio a um cenário em que os fluxos migratórios são retomados no país (Paiva, 2014, p. 2). A construção de espaços musealizados com enfoque específico nesses processos de deslocamento, identificados a partir da década de 1990, podem expressar uma segunda etapa de desenvolvimento da memória e patrimônio destes eventos. Tradicionalmente, museus são entendidos como instituições que abrigam histórias narradas através de fontes de natureza material, documental e/ou simbólica, com finalidades diversas que podem ir desde a preservação, divulgação, educação, pesquisa e mesmo lazer (Lauro *et al*, 2021, p. 269). Seja como for, estes ambientes elegem em suas disposições curatoriais perspectivas que apontam para a elaboração de um olhar presente sobre um determinado passado, mobilizando questões e dilemas próprios do tempo que o retém e ressignifica. O enquadramento da memória, em alusão a Michael Pollak (1989), pode ser caracterizado como ato de reinterpretação contínua do passado em função das leituras e embates estabelecidos no tempo presente.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (Pollak, 1989, p. 10).

Neste sentido, os museus operam no âmbito da salvaguarda de memórias, considerando a conexão destas com seu tempo originador, seja descontextualizando-as ou recontextualizando-as. Da mesma forma, os museus também atuam como legitimadores de memórias, na medida em que atribuem valor ao que ganha espaço de exibição, especialmente quando leva-se em conta que a memória é um território em constante disputa (Paiva, 2014).

O patrimônio pode ser entendido como um elemento que surge enquanto um produto das discussões no campo das disputas de memória. Como elencado por François Hartog (2006, p. 266), “O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva”. No contexto social, ainda que haja um passado compartilhado, guardadas as complexidades do debate

sobre a construção de uma memória coletiva, grupos distintos podem evocar sentidos e aspectos diferentes dessa operação. O fenômeno da patrimonialização se associa a um crescente número de pessoas e coletividades que, por vezes marginalizadas, anseiam em ter registradas e transmitidas suas histórias e experiências, em outras palavras, patrimônios se constituem a partir de intencionalidades e demandas das mais variadas. Nas palavras de Odair Paiva (2006, p. 11), “Esta profusão de formas respondem à um alargamento da noção de história e do reconhecimento da pluralidade de sujeitos sociais presentes nela”.

A Hospedaria de Imigrantes, o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores e o Museu da Imigração da Ilha das Flores

Semelhante às instituições congêneres, nos anos de 2010, a antiga Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores passou por um processo de patrimonialização, que resultou na sua musealização.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores foi um importante dispositivo da política imigratória brasileira. Localizada na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, a hospedaria foi inaugurada pelo governo imperial, em 1883, para registro, controle e encaminhamento dos imigrantes que chegavam ao Brasil. Tratava-se ainda de um esforço para atrair trabalhadores europeus para as lavouras do país, num período de transição da mão de obra escravizada para o trabalho livre e de povoamento do território brasileiro, seguindo preceitos científicos que conferiam à população branca um caráter de superioridade em relação aos negros e mestiços. Nesse sentido, a hospedaria figurou como a protagonista das estratégias de propaganda do Brasil na Europa.

A intensa movimentação de europeus e, posteriormente, de asiáticos se estendeu até as primeiras décadas do século XX. Com o aumento do fluxo imigratório, as construções da hospedaria foram por diversas vezes reformadas e ampliadas, a fim de atender as demandas de hospedagem.

Embora, ao longo das décadas que esteve em exercício, a hospedaria se destacasse por abrigar estrangeiros, também se dedicou a acolher os migrantes internos, ainda que estes tivessem aparições menos constantes. O início dos novecentos já apontava para o crescimento dos deslocamentos

internos, catalisados seja pela fuga dos períodos de seca que se abatiam sobre o nordeste brasileiro ou na busca pela possibilidade de integrar mão de obra para a indústria nas áreas mais urbanizadas do país.

Durante o século XX, considerando as oscilações no fluxo imigratório e, conseqüentemente, nas taxas de entrada de estrangeiros no país, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores assumiu outros usos, principalmente o de presídio militar e/ou político, graças a logística já estabelecida nos serviços aos imigrantes.

Em 1917, após o Brasil ingressar na Primeira Guerra Mundial contra a Alemanha, a Ilha das Flores converteu-se pela primeira vez em cárcere, abrigando tripulantes alemães dos navios que estavam ancorados no território brasileiro. Após o término do conflito, a hospedaria retomou suas atividades normais, passando a receber uma maior variedade de nacionalidades, incluindo armênios, árabes e judeus.

O movimento de imigrantes na hospedaria voltou a diminuir na década de 1930, acompanhando o fluxo migratório internacional que apresentava queda por conta da reestruturação dos países europeus e da ascensão de regimes nacionalistas. Nesse período, a Ilha das Flores converteu-se novamente em prisão, dessa vez para receber os combatentes da Revolução Constitucionalista, em 1932, e os insurgentes da Revolta Comunista, em 1935.

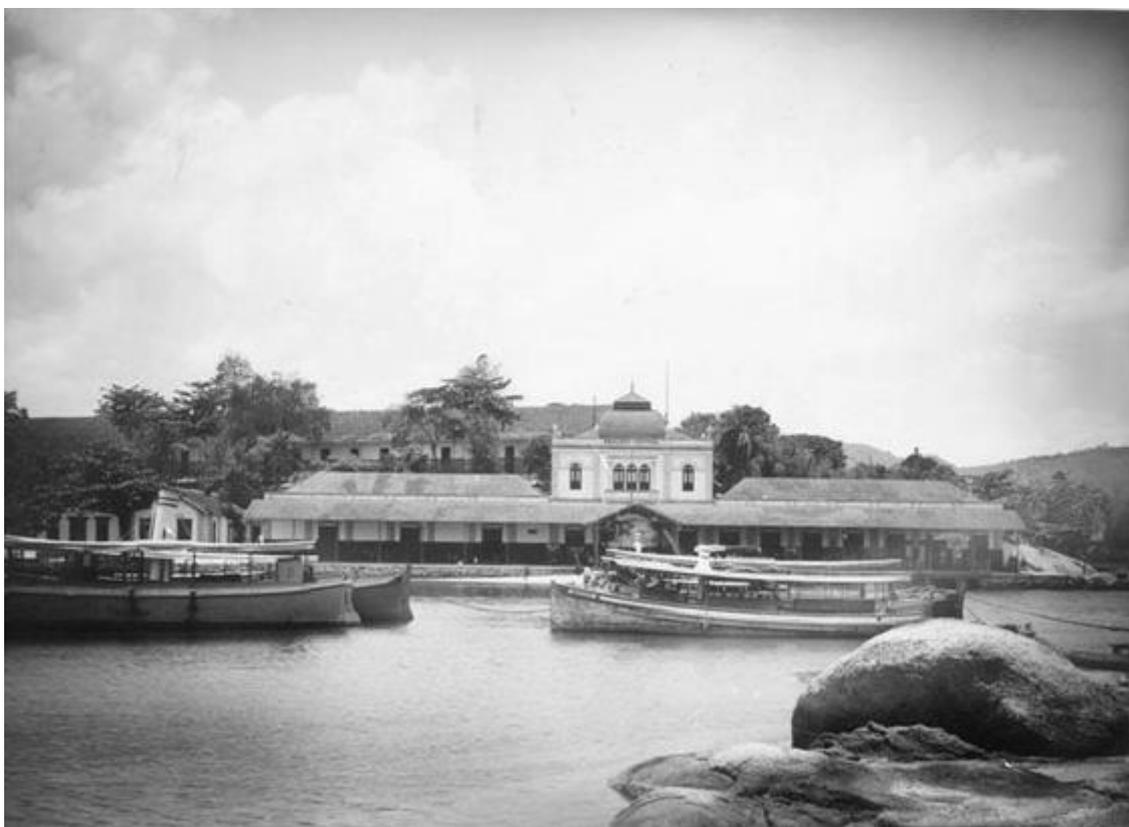
Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, no ano de 1942, a Ilha foi transformada em prisão destinada aos estrangeiros acusados de quintacolonismo, ou seja, de trair a pátria que os havia acolhido.

Os refugiados do pós-segunda guerra foram a últimas grande leva de imigrantes introduzidas no país através da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Como fruto da assinatura de acordos firmados com agências internacionais e das incursões realizadas nos campos de refugiados da Europa, aportou no Rio de Janeiro, em 16 de maio de 1947, o navio de guerra norte-americano *General Sturgis*, trazendo a bordo o grupo inaugural de 861 refugiados e deslocados de guerra que seriam conduzidos à Hospedaria de Imigrantes. Na ocasião imediatamente posterior ao final da Segunda Guerra Mundial, de 1947 a 1952, o Brasil recebeu um total de 29 mil refugiados. Todo esse contingente, que incluía iugoslavos, húngaros, ucranianos, poloneses e entre outros, acessou o país através do Porto do Rio de Janeiro e da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Após esse período, as instalações

da hospedaria tornaram-se cada vez mais ociosas. Novos espaços prisionais foram instalados ali em 1964, tanto no governo Jango quanto na Ditadura Civil Militar.

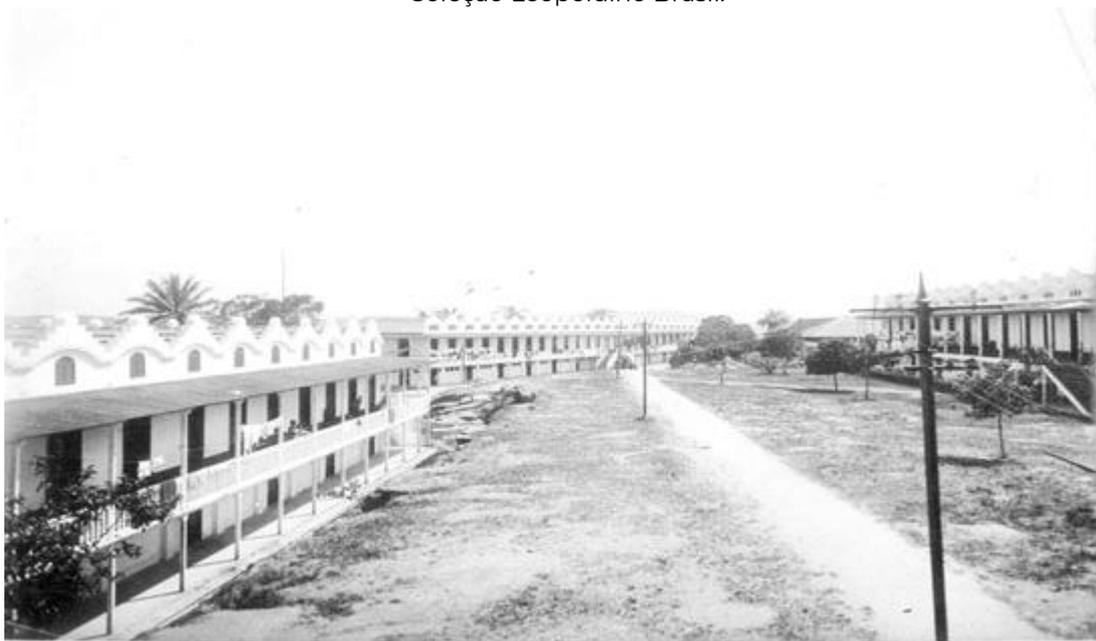
No ano de 1966, a instituição foi definitivamente desativada devido à diminuição do fluxo imigratório. Dois anos depois, a Ilha das Flores foi oficialmente transferida para a Marinha do Brasil. Atualmente, o local abriga o Comando da Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais. Estima-se que durante seu período de funcionamento, a hospedaria recebeu cerca de 700 mil imigrantes das mais diversas nacionalidades.

Figura 5 - Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, s/d. Coleção Leopoldino Brasil.



Fonte: Acervo Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

Figura 6 - Vista dos Alojamentos da Hospedaria na Ala Norte da Ilha das Flores, s/d. Coleção Leopoldino Brasil.



Fonte: Acervo Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

A gênese do Museu da Imigração da Ilha das Flores está relacionada às ações do Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade, criado pelos professores Márcia de Almeida Gonçalves e Luís Reznik, do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores, campus da UERJ, em São Gonçalo. As atividades iniciais do grupo ocorreram em 1996 e tiveram como resultado o Guia de Fontes para a História de São Gonçalo (1999). O professor Rui Aniceto Nascimento Fernandes, à época bolsista de graduação, participou do projeto, mantendo-se vinculado ao grupo até os dias de hoje, em diferentes cargos. Atualmente, é coordenador do História de São Gonçalo, além de dividir a coordenação do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores com o professor Luís Reznik. Recentemente, apresentou uma comunicação no Encontro Regional da Associação Nacional de História (ANPUH-Rio) sobre a constituição do Museu da Imigração da Ilha das Flores, que desdobrou na produção deste artigo.

Para a produção da comunicação, o professor Rui Fernandes reuniu pesquisadores que atuaram no processo de criação e consolidação do Museu da Imigração da Ilha das Flores, a fim de realizar entrevistas coletivas,

seguindo a metodologia do grupo focal¹. Além disso, foram consultados os relatórios de atividades do História de São Gonçalo: Memória e Identidade e Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores e a produção dos membros do projeto, tais como livros, artigos, exposições, materiais pedagógicos e o site institucional do grupo.

Durante as entrevistas realizadas por Rui Fernandes com Luís Reznik, Henrique Mendonça, Julianna Costa e Guilherme Cavotti, mencionou-se que o Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo definiu as experiências vividas naquela localidade como objeto, desenvolvendo projetos voltados para a iconografia e a história oral. Em 2006, acompanhando a tendência historiográfica em crescimento desde os anos 2000, de se pensar que a produção do conhecimento histórico era passível de ser materializada em outros suportes que não apenas o texto escrito, o grupo iniciou o projeto Memória em Movimento que objetivava produzir vídeos sobre locais, personagens e acontecimentos marcantes na história de São Gonçalo. O primeiro vídeo abordou uma vila operária que originou o bairro Vila Lage; o segundo foi sobre o Hospital Luiz Palmier; o terceiro sobre o impacto que o incêndio do Gran Circus Norte Americano, ocorrido em dezembro de 1961, em Niterói, causou na cidade. Um quarto vídeo foi pensado, tendo como tema a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

O processo de produção dos vídeos era iniciado pelo levantamento bibliográfico e documental, além da identificação de possíveis depoentes que tivessem vivenciado aquela experiência. A realização de visitas técnicas aos locais pesquisados também estava incluída nas atividades de pesquisa, para identificar espaços ainda preservados e registrar as memórias locais.

Durante a pesquisa bibliográfica observou-se que, por muito tempo, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores foi referenciada na historiografia da imigração como o primeiro estabelecimento do gênero criado pelo governo imperial. As poucas informações sobre aquele espaço de recepção serviam apenas como uma espécie de introdução para as experiências paulistas ou da região sul do país. A escassez de estudos sobre a hospedaria era acompanhada por um desconhecimento sobre o espaço e seu acervo

¹ Metodologia na qual os sujeitos têm um papel ativo na condução das entrevistas, propondo questões e sugerindo diferentes interpretações sobre o tema.

documental, disperso por diversos órgãos públicos após o encerramento das atividades da instituição, em 1966.

Um amplo levantamento documental buscando a documentação da extinta repartição pública foi realizado por bolsistas de graduação vinculados ao grupo História de São Gonçalo. No Arquivo Nacional, a documentação de maior relevância foram os livros de registro de imigrantes que ingressaram na hospedaria entre 1883 e 1931, anos em que a instituição esteve subordinada ao Ministério da Agricultura. Os relatórios ministeriais, disponíveis na Biblioteca Nacional, foi outro conjunto documental importante para compreender o lugar da hospedaria nas políticas imigratórias de finais do século XIX e primeira metade do século XX. A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional também foi fundamental para reunir um amplo conjunto de reportagens e imagens associadas a imigração e à hospedaria. No Arquivo da Marinha foram localizados documentos referentes à utilização da Ilha das Flores como espaço prisional, durante os anos que o Brasil participou da Primeira Guerra Mundial.

Foram encontradas ainda outras fontes documentais como a cartografia da Baía de Guanabara e as plantas relativas à Ilha das Flores; as cartas de imigrantes poloneses, publicadas no Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa; o livro “Na Ilha das Flores. Revolução Paulista de 1932”, escrito por Agenor Lopes de Oliveira; o Guia do Emigrante para o Império do Brasil, produzido pelo governo imperial para divulgar os benefícios concedidos àqueles que desejassem se estabelecer no Brasil.

Em paralelo foi estabelecido contato com imigrantes que passaram pela hospedaria após a Segunda Guerra Mundial, assim como com ex-funcionários da instituição. As entrevistas possibilitaram acesso aos acervos pessoais, constituídos por documentos diversos, tais como passaportes, fotografias, cartas, entre outros. Dona Ana Tonicic, refugiada de origem eslava, residente de São Gonçalo, foi uma das primeiras entrevistadas. A primeira entrevista foi realizada em sua casa, no bairro de Tribobó, a segunda na Ilha das Flores, com a intenção de sensibilizar memórias eclipsadas.

A primeira visita ao Comando da Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais, instalado na Ilha das Flores desde 1971, ocorreu em 2008. Importante destacar que a base militar recebia alguns visitantes, na maioria das vezes eram pessoas que iam em busca de informações sobre o local de origem de seus antepassados ou grupos escolares que solicitavam autorização para conhecer

o espaço. Entre essas pessoas, destaca-se Zuleika Brasil, antiga funcionária da hospedaria cujo pai também havia sido funcionário da instituição. Através da Dona Zuleika foram coletadas dezenas de fotografias que integram a coleção Leopoldino Brasil, nome dado em homenagem ao seu pai². Dona Zuleika, assim como as demais pessoas que se dirigiam à Ilha das Flores, eram recebidas por militares vinculados ao gabinete do almirante responsável pelo comando da Tropa. À época em que foi realizada a primeira visita dos pesquisadores do História de São Gonçalo à Ilha, havia um militar, Felipe Ribeiro, que estava cursando o mestrado em História Social na Faculdade de Formação de Professores. Ele foi um importante articulador do contato com os Fuzileiros Navais para a produção do documentário.

Ao apresentar a proposta do vídeo ao contra-almirante Jorge Mendes, surgiu a contraproposta da criação de um espaço museal que foi aceito pelo grupo de pesquisa, devido à relevância do tema naquele momento. A iniciativa, no entanto, sofreu críticas dentro da universidade, pois, durante a ditadura civil-militar, a Ilha das Flores foi um dos muitos espaços prisionais que recebeu presos políticos, incluindo uma professora da UERJ, Iná Meireles. A intenção dos membros do História de São Gonçalo não era silenciar tais memórias, promovendo um apagamento dos outros usos daquele espaço, mas criar um espaço cultural destinado à rememoração dos dramas dos imigrantes, promovendo a reflexão e o debate acerca dos fluxos migratórios, históricos e contemporâneos.

Em 2010, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro firmou convênio com a Marinha do Brasil, a fim de transformar as instalações da antiga hospedaria em um espaço cultural e patrimonial. Assim, surgiu o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, projeto que inicialmente objetivava pesquisar e divulgar as experiências vivenciadas pelos (i)migrantes que haviam passado por aquele local. Nesse sentido, criou-se o Museu a Céu Aberto, utilizando os remanescentes arquitetônico e paisagístico como suporte de uma narrativa sobre a história da hospedaria e da imigração para o Brasil. Cinco totens foram instalados ao longo do circuito, contendo imagens

² Além da Coleção Leopoldino Brasil, o Centro de Memória dispõe de outras três coleções fotográficas: João Martins de Almeida, Mônica Georgiades e Baltazar Gonzales. Todas coletadas através do trabalho de História Oral, realizado com funcionários e descendentes de funcionários da Hospedaria da Ilha das Flores.

e textos que, junto com a materialidade presente na Ilha, fornecem elementos para a mediação.

A princípio, quando o museu foi inaugurado, em novembro de 2012, o horário de funcionamento era restrito às terças, quintas e sábados. Para acessar o museu os visitantes deveriam agendar uma visita, que seria mediada por alunos da graduação em História da Faculdade de Formação de Professores. Para auxiliar os estudantes foi elaborado o Guia de Mediação do Circuito à Céu Aberto, um roteiro com os principais pontos a serem discutidos em cada uma das paradas realizadas ao longo do circuito. A partir da interação com o visitante, sobretudo com o público escolar, percebeu-se a necessidade de alterar alguns pontos do circuito, o que resultou na produção da exposição Cais do Bote, em 2014, e na reformulação do totem da Capela de Santa Terezinha, em 2015, quando passou a incluir o tema da infância na hospedaria.

Desde a década de 1980, a Ilha das Flores não se constitui mais como uma Ilha, devido ao aterramento realizado naquela localidade para a construção da BR-101. O Cais do Bote perdeu sua função com o desaparecimento do canal que separava a ilha do continente, tornando-se apenas uma construção sem uso, no meio de um extenso gramado. Por vezes, os estudantes que visitavam o Museu não compreendiam por que aquele espaço tinha a denominação de cais, pois não conseguiam visualizar as transformações da paisagem. Nesse sentido, a exposição Cais do Bote investiu em recursos visuais como fotografias de períodos anteriores à construção da BR, uma maquete da Ilha das Flores enquanto ilha e um vídeo demonstrando as inúmeras intervenções no espaço.

A reformulação do totem da Capela de Santa Terezinha também foi resultado do questionamento dos estudantes, que inicialmente não compreendiam as crianças como imigrantes visto que, durante a mediação, era mencionado que imigrantes eram os estrangeiros que vinham na terceira classe dos navios para trabalhar no Brasil. Por possuírem uma noção de infância muito distinta daquele período, foi preciso inserir a temática no Circuito à Céu Aberto, ressaltando que a infância foi historicamente construída.

Junto com a inauguração do novo totem foi estabelecido um convênio de cooperação mútua com o *National Immigration Museum* de Nova Iorque, representado pela diretora Diana Pardue, para desenvolvimento de pesquisas

e exposições. Tinha início a Rede de Museus da Imigração que, em 2017, passou a integrar o *Museo de la Inmigración* de Buenos Aires e o Museu da Imigração do Estado de São Paulo, representados por Marcelo Huernos e Marília Bonas, respectivamente. Por último, o *Canadian Museum of Immigration at Pier 21* se inseriu à rede, através da pesquisadora Rosana Barbosa. A formação de uma Rede de Museus da Imigração era um projeto que, pelo menos, desde 2013, já circulava entre o núcleo gestor do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. Naquele ano realizou-se, na Ilha das Flores, o I Seminário Internacional Hospedarias de Imigrantes, que contou com a participação de pesquisadores de São Paulo e Buenos Aires. A programação do seminário contou ainda com a inauguração de uma exposição homônima, de curta duração.

Em 2016, durante a gestão do contra-almirante Luiz Corrêa, um novo espaço expositivo foi inaugurado, levando à reformulação do museu que passou a ser chamado de Museu da Imigração da Ilha das Flores. A Casa do Intérprete, cedida anteriormente ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, foi inteiramente reformada com verba de editais da Fundação Carlos Chaga Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), assim como a produção da exposição de longa duração que compõe o espaço. O primeiro desafio que se apresentou foi como constituir uma exposição sem objetos, visto que o acervo da hospedaria havia sido disperso. Ademais, a casa é um espaço pequeno, substancialmente alterado em seu interior. Portanto, optou-se por uma exposição multimídia, capaz de abordar os principais momentos da história da imigração no Brasil, em transversalidade com a história da hospedaria.

A sala principal abriga, à esquerda, um espaço de sensibilização onde uma projeção de imagens de imigrantes e de migrantes se alternam em uma parede de caixas de papelão, alusivas às caixas e baús de viagem. À direita, cinco telas apresentam experiências migratórias da Grande Imigração, do Entre Guerras, do Pós Segunda Guerra Mundial, de Migrantes e dos Espaços Prisionais. Cada módulo está organizado em três tópicos. O primeiro apresenta o contexto do período; o segundo analisa trajetórias de imigrantes e o terceiro mostra como era a hospedaria no referido recorte histórico. A segunda sala da Casa do Intérprete conta com um vídeo que apresenta a

história da Hospedaria da Ilha das Flores, além de conter uma exposição das hospedarias contemporâneas presentes no continente americano.

O Museu da Imigração da Ilha das Flores passa a ser composto por dois espaços expositivos: a própria ilha, visitada através do Circuito, e a Casa do Intérprete. A estruturação do museu foi importante para definir os papéis de gestão e de coordenação acadêmica. A gestão do espaço foi assumida pela Marinha do Brasil que passou a ser responsável pela manutenção do espaço e dos equipamentos, agendamento das visitas, site e redes sociais. Ao Centro de Memória da Ilha das Flores coube o desenvolvimento de pesquisas, a criação de conteúdo e a proposição de atividades. Nesse sentido, foram realizadas exposições temáticas sobre os funcionários, a presença imigrante em São Gonçalo, a representação da imigração na imprensa periódica, a imigração italiana no Rio de Janeiro, entre outras.

A inauguração da Casa do Intérprete também reformulou o horário de funcionamento do museu, que passou a ser de terça à domingo nos turnos da manhã e da tarde. A ampliação, exigiu um número maior de mediadores. Definiu-se então que no período da manhã os alunos da Faculdade de Formação de Professores recebem os visitantes, enquanto à tarde são militares, que recebem o mesmo treinamento dos estudantes. Paralelamente, novas bolsas foram solicitadas à UERJ, a fim de atender um público que vem crescendo ano após ano.

Para divulgar o museu investiu-se no contato com as redes municipais de São Gonçalo, Niterói e Itaboraí, visando a visita de escolas das redes públicas. Também foram oferecidas formação continuada aos professores. Inicialmente, as oficinas contavam com a distribuição e apresentação do material didático formulado pela equipe do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, em 2015, composto por um conjunto de atividades educativas sobre imigração e sobre a hospedaria. Durante a pandemia de COVID 19, foi desenvolvido um curso em ambiente virtual para os professores. Tal curso foi adaptado pós pandemia para ser aplicado de forma híbrida, ou seja, presencial e virtualmente.

Após a inauguração da Casa do Intérprete, o museu também passou a integrar as atividades propostas anualmente pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) – a Primavera dos Museus e a Semana de Museus.

A exposição da Casa do Intérprete, recortada em períodos com diferentes fluxos imigratórios, indicava os novos rumos que a pesquisa do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores tomaria: as pesquisas sobre imigração étnica. Nos anos seguintes foram realizados estudos dos principais grupos étnicos/nacionais que passaram pela hospedaria, com destaque no estado do Rio de Janeiro. Atualmente, o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores vem desenvolvendo pesquisas para a elaboração de um Atlas da Imigração para o estado do Rio de Janeiro, mapeando os principais grupos de imigrantes a partir de dados censitários.

Considerações finais

As atividades do Centro de Memória incluem o suporte ao Museu da Imigração da Ilha das Flores na realização de exposições e atividades culturais, a produção de material didático para escolas, a preservação e referência documental e a investigação acerca dos movimentos imigratórios para o Brasil. Inspirada em entidades congêneres como *National Immigration Museum*, *Canadian Museum of Immigration at Pier 21*, *Museo de la Inmigración* e Museu da Imigração do Estado de São Paulo, o Centro de Memória buscou transformar a Ilha das Flores como um "lugar de memória", na relação com a história da imigração no Brasil através das experiências daqueles que passaram pela Hospedaria de Imigrantes.

Localizado na periferia do Rio de Janeiro, o Museu da Imigração da Ilha das Flores desempenha um papel fundamental em São Gonçalo, uma região com pouca tradição na preservação patrimonial. Além de contribuir para o desenvolvimento cultural e educacional, ele estimula a diversidade e a inclusão, promovendo o exercício da memória em prol das discussões e debates sobre a recepção e o acolhimento aos imigrantes. Desse modo, conecta pesquisa, ensino e extensão, desempenhando papel fundamental na construção de uma consciência social, não sendo apenas depositário de um passado. A fim de que se consolide verdadeiramente como um ambiente democrático, um importante objetivo do museu é acolher narrativas plurais, que incluem memórias traumáticas e controversas. Considerando as demandas sociais contemporâneas, busca-se dialogar com as comunidades, reconhecendo e integrando suas vozes e experiências. Isso implica questionar

práticas de narrativas únicas e dominantes, possibilitando a coexistência de múltiplas histórias. Ou seja, a intenção é não se nutrir enquanto simples repositório estático de memória, mas estimular o diálogo e reflexão crítica.

Por fim, vale destacar que o tema da imigração no Brasil, em geral, está relacionado a São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Rio de Janeiro - cidade e estado - pouco investiu nessa temática. As pesquisas realizadas pelo Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores demonstram que foram implementadas políticas públicas de imigração nesse território, assim como a fixação desses grupos foi importante elemento que deixou marcas nas mais variadas localidades fluminenses.

As pesquisas sobre a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores e sobre imigração para o Brasil, em particular para o Rio de Janeiro, inseriu o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores nas redes da imigração com a participação e coordenação de Simpósios Temáticos nos Encontros Regionais de São Paulo e do Rio de Janeiro e nacional da ANPUH e nos encontros promovidos pelo CEPESE – Centros de Estudos da População, Economia e Sociedade – da Universidade do Porto. Também resultaram em monografias, dissertações e teses dos membros do grupo de pesquisa, desenvolvidas especialmente no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores.

Referências bibliográficas

A chegada do transporte de guerra norte-americano “General Sturgis” – Conduz os primeiros imigrantes “deslocados de guerra” para o Brasil. **A Noite**. Edição: 12566. Rio de Janeiro, 16/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 1 e 3.

ALMEIDA, J. M. de. Hospedaria de imigrantes. **Revista de Imigração e Colonização**, n.2, 1951. p. 15-26.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CATROGA, F. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHRYSOSTOMO, M. I. de J.; VIDAL, L. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v.21, n.01, jan./mar. 2014. p. 1-23.

COSTA, J. C. O. **Hospedaria da Ilha das Flores**: um dispositivo para efetivação das políticas imigratórias (1883-1907). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Brasil, 2015.

FERREIRA, F. **A província do Rio de Janeiro**. Notícias para o emigrante. Rio de Janeiro: Imprensa a vapor H. Lombaerts & Comp., 1888.

GRANFIELD, L. **Pier 21**: gateway of hope. Tundra Books, 2000.

HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, v. 22, n. 36, jul./dez., 2006. p. 261-273.

HOBBSAWM, E. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HUERNOS, M. Atracción, recepción y hospitalidad. Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953). **Navegar**, v. 2, n^a 3, jul./dez. 2016. p. 37-58.

JUNGER DA SILVA, G.; CAVALCANTI, L.; LEMOS SILVA, S.; TONHATI, T.; LIMA COSTA, L. F. **Refúgio em Números – 2023**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

LAURO, E. A.; MENEZES, M. A. de. O Museu da Imigração do Estado de São Paulo e as memórias de violência. Brasília: Museologia & Interdisciplinaridade, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**, v.10, n.20, jul./dez. 2021. p. 267-283.

LEBLANC, J. P.; MITIC, T. D. **Pier 21**: the gateway that changed Canada. Nova Scotia: Lancelot Press, 1988.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

LEITE, V. M. **Os refugiados do pós-segunda guerra na imprensa carioca**: uma análise fotográfica sobre os olhares de A Noite Ilustrada e de Revista da Semana. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Brasil, 2021.

MARQUES, G. dos S. C. **A Porta de Entrada do Brasil**: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Brasil, 2017.

MCAULIFFE, M.; OUCHO, L. A. (eds.). **World Migration Report 2024**. Geneva: International Organization for Migration (IOM), 2024. p. 1-367.

Mediterrâneo Central já soma mais de 900 fatalidades em 2024. **ANSA Brasil**, 30/07/2024. Disponível em: <

MERELES, C. Crise dos Refugiados: muito além da Síria. Brasil: **Politize!**, 26/09/2018. Disponível em <<https://www.politize.com.br/crise-dos-refugiados/>>. Acesso em: 30/07/2024.

MORENO, B. **Images of America:** Ellis Island. South Carolina: Arcadia Publishing, 2003.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, dez. 1993. p.7-28.

PAIVA, O. da C; MOURA, S. **Hospedaria de Imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PAIVA, O. da C; MOURA, S. Arquivos da imigração no contexto da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. **Patrimônio e Memória**, v.5, n.2, dez. 2009. p. 82-97.

PAIVA, O. da C; MOURA, S. Museus e Patrimônios da Imigração: história, memória e patrimônio cultural nos museus da imigração no Estado de São Paulo. **ANPUH-SP**, Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História, 2014. p. 1-13.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n° 3, 1989. p. 3-15.

REZNIK, L.; FERNANDES, R. A. N. "A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: história e memória". In: ARRUDA, J. J. et al (orgs.). **De colonos a imigrantes:** i(e)migração portuguesa para o Brasil. São Paulo: Alameda, 2013. p. 367-382.

REZNIK, L.; FERNANDES, R. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: A criação da Hospedaria da Ilha das Flores. **História**, São Paulo, v.33, n.1, jan./jun. 2014. p. 234-253.

REZNIK, L.; FERNANDES, R. A. Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores. **Navegar – Revista de Estudos de E/Imigração**, v. 2, 2016. p. 77-107.

REZNIK, L.; COSTA, J. Como manter saudáveis os nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v.26, n.1, jan./mar. 2019. p. 1-17.

REZNIK, L. (org.). **História da Imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

SILVA, H. M. da; FERNANDES, R. A. N. “Ilha das Flores e de histórias”. In: ARAÚJO, M. S.; MOURA, R. S.; FERNANDES, R. A. N (org.). **São Gonçalo em perspectiva: ensaios de histórias gonçalenses**. São Gonçalo, RJ: UERJ-FFP, 2013. p. 19-36.